

A R A

Abril 2023



RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova EM

Parque Industrial da Espinheira, Sala 8
Sazes do Lorvão

NIPC 506963802

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Penacova sob o nº 1

ORGÃO SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra
Administrador – Magda Alexandra Maia Rodrigues
Administrador – Tiago José Barbosa Antunes

ASSEMBLEIA GERAL

Representante do Município de Penacova – Carlos Manuel Santos Sousa

FISCAL ÚNICO

Sociedade Revisores Oficiais de Contas
- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados SROC SA

Nos termos e para os efeitos do art. 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e no cumprimento dos Estatutos da empresa, submete-se à apreciação o Relatório de Gestão e as Contas respeitantes ao exercício de 2022, da sociedade **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M..**

O presente Relatório apresenta-se em 4 capítulos: 1-Atividade desenvolvida; 2-Análise Económica-Financeira; 3 – Evolução previsível da empresa; 4 – Proposta de aplicação de resultados.

1- ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A **PENAPARQUE 2, E.M.**, teve em 2022 a responsabilidade pela gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais, os quais constituem áreas de atividade para efeitos do presente relatório:

- Parque Industrial da Espinheira e Cantina da Penaparque;
- Estacionamento Público: Parque de Estacionamento Municipal de Penacova; Zonas de estacionamento público de duração limitada na vila de Penacova;
- Parque de Campismo Municipal de Vila Nova;
- Portela de Oliveira: Museu do Moinho e Cafetaria da Portela de Oliveira;
- Posto de Turismo de Penacova;
- Posto de Turismo da N2;
- Bar do Reconquinho
- Café Turismo
- Bar 21
- Restaurante das Piscinas de Penacova
- Restaurante Panorâmico
- Mosteiro de Lorvão (espaços visitáveis)
- Equipa Espaços Verdes

Cada uma destas atividades, respeita às seguintes áreas previstas no objeto social da empresa:

- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços industriais e comerciais;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços de estacionamento público;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos turísticos e restauração;

- Gestão e Manutenção de Espaços Verdes e de Lazer.

Relativamente a cada uma das áreas de atividade, apresentam-se os dados/indicadores de maior relevância e uma demonstração de resultados comparada dos últimos 5 anos.

1.1-Parque Industrial da Espinheira e Cantina Penaparque

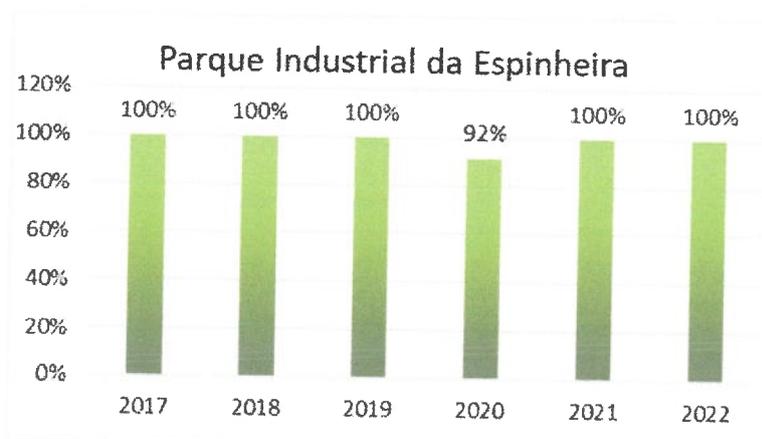
1.1.1. – Parque Industrial da Espinheira.

A taxa de ocupação do Parque Industrial da Espinheira manteve-se em 2022, tal como em 2021, com uma taxa de ocupação de 100%.

À data a PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. tem uma lista de espera para arrendamento dos seus espaços localizados no Parque Industrial da Espinheira.

Taxa de Ocupação

Gráfico 1



O Gráfico 1 evidencia a manutenção da taxa de ocupação do Parque Industrial para 100%.

Em relação ao edifício administrativo, a taxa de ocupação, em 2022 subiu.

Em termos de resultados, a gestão do Parque Industrial da Espinheira apresenta em 2022 um resultado positivo de €23.905,72. Realçando-se um aumento dos proveitos com rendas de pavilhões e rendas de salas do Ed. Administrativo, face ao ano de 2021.

Nota para a rubrica "outros rendimentos" deste centro de custos, que apresenta o montante de €8.307,00 no presente exercício, que diz respeito, essencialmente, a reversão de imparidade, consubstanciada na recuperação de dívida de um cliente.

Nota ainda para o facto de serem imputados a este centro de custos os gastos de gestão e administrativos da empresa municipal, designadamente gastos com pessoal afetos a essas funções. Concretamente, em 2022 foram imputados 100% dos gastos com gestão financeira e 50% de gastos com coordenação, sendo os restantes 50% destes distribuídos pelos demais centros de custos.

Em 2022 foi possível concretizar alguns investimentos na cobertura do pavilhão industrial, resolvendo problema de drenagem de águas pluviais há muito detetado e que introduzia fontes de humidade em alguns módulos, assim como foram finalmente reparados estragos provocados pela tempestade "Leslie" em 2018.

Reestabeleceu-se também a automatização da entrada no Parque, com fecho automático dos portões em horários pré-definidos, melhorando a segurança e funcionalidade do espaço.

Demonstração de resultados comparados

Quadro 1

Pavilhões e Edifício Administrativo	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Rendas Pavilhões	49 920,00 €	55 005,00 €	54 960,00 €	43 140,00 €	48 300,00 €	51 450,00 €
Rendas Salas	5 575,00 €	5 275,00 €	5 980,00 €	5 480,00 €	7 402,50 €	7 872,50 €
Outros Rendimentos	2 580,00 €	59 392,10 €	2 091,71 €	29 158,76 €	4 281,95 €	8 307,63 €
Gastos com Pessoal		233,09 €		10 573,15 €	19 566,98 €	31 210,99 €
Gastos com Administração	13 373,26 €	9 428,57 €	10 901,71 €	9 203,84 €	6 399,61 €	163,82 €
Outras Despesas	35 327,48 €	80 985,24 €	17 398,58 €	24 771,99 €	13 737,29 €	12 349,80 €
Resultado	9 374,26 €	29 025,20 €	34 731,42 €	33 229,78 €	20 280,57 €	23 905,72 €

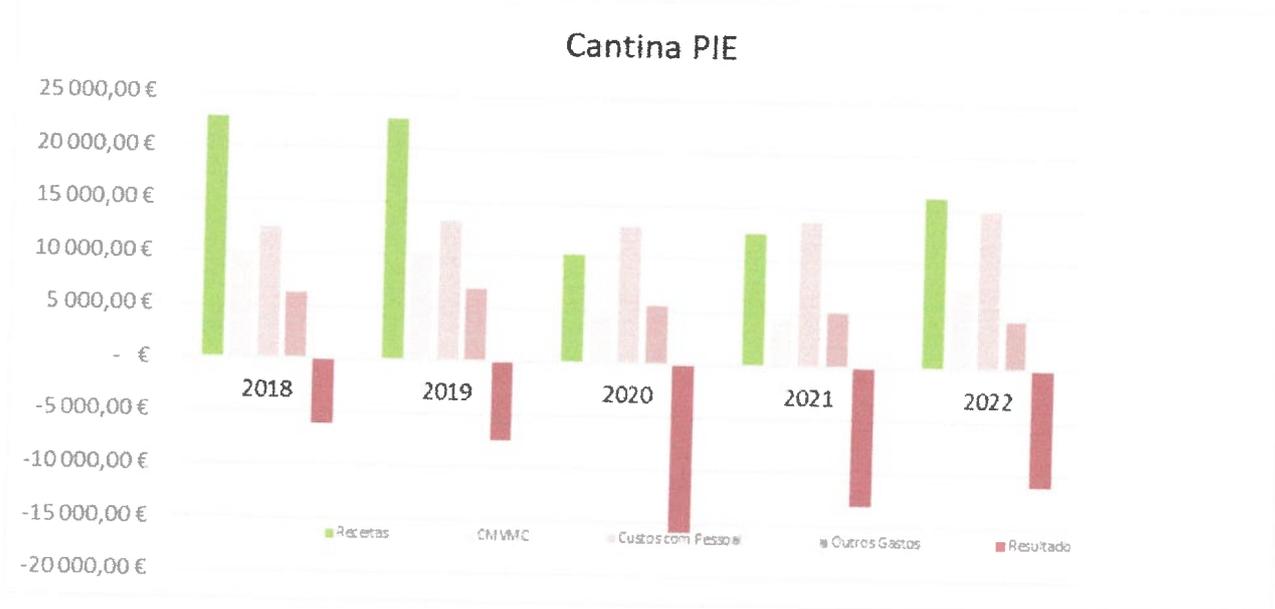
1.1.2. Cantina da Penaparque

A Cantina da Penaparque, que serve os funcionários das empresas instaladas no Parque Industrial da Espinheira e funcionários do Município, continuou a sofrer em 2022, nas receitas, o impacto da pandemia. Apesar do esforço que foi desenvolvido no sentido de divulgar previamente a ementa semanal da cantina junto dos interessados, há resistência a que os utentes reatem o hábito de recurso ao serviço preexistente à pandemia. Apesar disso, há um aumento das receitas face a 2021.

O valor das receitas está abaixo do desejável, verificou-se um aumento dos custos, quer do pessoal (em grande medida fruto da atualização do SMN) e das mercadorias vendidas reflexo do aumento generalizado dos preços dos bens alimentares e outros. Ainda assim, o resultado melhorou em cerca de €2.000,00, face ao verificado em 2021.

Resultados Comparados

Gráfico 2



Demonstração de Resultados comparada

Quadro 2

Cantina PIE	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas	22 851,46 €	22 749,26 €	22 750,49 €	10 303,80 €	12 534,28 €	16 148,79 €
CMVMC	10 049,32 €	10 137,30 €	9 925,27 €	4 625,62 €	4 483,76 €	7 680,31 €
Custos com Pessoal	11 592,54 €	12 440,77 €	13 343,71 €	13 002,45 €	13 743,87 €	14 929,84 €
Gastos com Administração				2 982,05 €	2 070,71 €	- €
Outros Gastos	8 825,16 €	6 324,91 €	6 907,61 €	5 529,98 €	5 279,11 €	4 622,96 €
Resultado	- 7 616,56 €	- 6 153,72 €	- 7 426,10 €	- 15 836,30 €	- 13 043,17 €	- 11 084,32 €

1.2-Estacionamento Público

Incumbe à PENAPARQUE 2, E.M. a gestão de áreas de estacionamento público de duração limitada pago na Vila de Penacova e do Parque de Estacionamento Municipal de Penacova. Gestão que inclui as lojas e espaços destinados a comércio e serviços existentes no edifício do referido Parque de Estacionamento.

Em 2022 as receitas ultrapassaram já os valores do período pré pandemia, muito graças à cobrança de taxas de estacionamento que aumentou e apresenta até o maior valor de sempre, quanto às rendas das lojas existentes no Parque de Estacionamento verifica-se um crescimento face a 2021, mas ainda abaixo de 2019. 2022 ficou marcado pelo investimento em novos parcometros para as áreas de estacionamento público de duração limitada pago na Vila de Penacova – Largo de São João e Largo de São Francisco. Medida que representa uma mais valia no ordenamento do estacionamento da Vila e na obtenção de receitas desta serviço.

1.2.1. Áreas de estacionamento público de duração limitada pago na Vila de Penacova

No que respeita às áreas de estacionamento de duração limitada, em 2021 houve uma quase inexistente cobrança de taxas de estacionamento, em virtude da inatividade dos parquímetros durante grande parte do ano, por motivo de avarias. O que se traduziu num resultado negativo €292,50. Em 2022, com o investimento em novos parquímetros mais modernos e funcionais, operada na segunda metade do ano, verificou-se um grande desenvolvimento desta atividade, com os resultados a atingirem €2 195,35, correspondentes a cobrança de taxas apenas em 6 dos 12 meses do ano.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 3

Parquímetros	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas Parquímetros	3 092,89 €	2 793,46 €	2 449,08 €	916,70 €	134,38 €	3 022,55 €
Despesas Parquímetros	193,26 €	596,46 €	921,06 €	2 121,96 €	426,88 €	827,20 €
Resultado	2 899,63 €	2 197,00 €	1 528,02 €	- 1 205,26 €	292,50 €	2 195,35 €

1.2.2. Parque de Estacionamento Municipal de Penacova

O Parque de Estacionamento Municipal de Penacova apresenta em 2022 o melhor resultado de sempre. Largamente superior a 2021.

Isto graças aos proveitos provenientes das rendas e taxas de estacionamento, que ultrapassaram os valores do período pré-pandemia. Com destaque para as receitas com cobrança de taxas de estacionamento, que beneficiaram do aumento da frequência paga do parque e também do aumento do número de clientes em regime de avença.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 4

P. Estacionamento	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Rendas Lojas	16 789,20 €	14 681,20 €	15 320,20 €	12 834,86 €	13 040,71 €	14 400,00 €
Parque Estacionamento	11 271,04 €	13 115,02 €	12 868,27 €	10 236,88 €	11 166,30 €	13 928,76 €
Outros Rendimentos	1 257,66 €	- €	- €	- €	- €	- €
Gastos com Pessoal	16 372,62 €	13 968,20 €	13 413,07 €	13 418,95 €	13 826,23 €	15 213,72 €
Gastos com Administração	13 048,66 €	2 839,60 €	3 383,48 €	3 175,06 €	2 070,71 €	- €
Outras Despesas	7 015,87 €	8 902,23 €	6 781,75 €	7 830,56 €	7 774,92 €	7 451,99 €
Resultado	- 7 119,25 €	2 086,19 €	4 610,17 €	- 1 352,83 €	535,15 €	5 663,05 €

1.3-Parque de Campismo Municipal

A PENAPARQUE 2, E.M. não explora o Parque de Campismo Municipal, localizado em Vila Nova, uma vez que há 7 anos concessionou a um privado a exploração desta infraestrutura através de concessão de exploração.

Em termos de resultados, eles constituem-se, do lado dos proveitos, pelas rendas pagas pelo concessionário, e do lado dos gastos, pelas intervenções que contratualmente são da responsabilidade desta Empresa Municipal.

Acontece que a empresa considerou insatisfatória a forma como estava a ser explorada a concessão, pela falta de dinâmica, desaproveitamento e desvalorização do Espaço. Por essa razão a Administração deliberou resolver o contrato com o concessionário, que tinha duração até 24 de julho de 2025. Para evitar litígios, com todos os custos, quer financeiros quer de oportunidade associados a essa via, acabou por ser celebrado acordo de rescisão amigável com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2022, pagando a empresa uma compensação ao concessionário correspondente a metade das rendas vincendas até ao final do contrato. Ou seja €3.229,12. O pagamento desta compensação pressionou os gastos, levando a que o resultado fosse negativo em -€830,38.

No entanto, a libertação do espaço é em si mesmo uma mais valia, pois permitiu repensar esta infraestrutura turística, potenciando o seu aproveitamento e valorização.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 5

Parque Campismo	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas	3 242,42 €	3 357,30 €	3 357,00 €	2 732,01 €	3 357,00 €	3 357,00 €
Despesas	2 078,21 €	6 093,49 €	4 623,76 €	1 675,53 €	957,78 €	4 187,38 €
Resultado	1 164,21 €	- 2 736,19 €	- 1 266,76 €	1 056,48 €	2 399,22 €	- 830,38 €

1.6. Infraestruturas Turísticas

1.6.1. Portela de Oliveira

1.6.1.1. Museu do Moinho

A PENAPARQUE 2, E.M. assegura a gestão e dinamização do Museu do Moinho, sito na Portela de Oliveira, freguesia de Sazes de Lorvão, junto ao conjunto de moinhos vento alí existentes. Museu que, com o moinho Vitorino Nemésio, devidamente recuperado e em funcionamento, constituem um núcleo museológico único no panorama nacional, que ostenta um relevante acervo de peças/utensílios relacionados com os moinhos e permite compreender não só o funcionamento destas estruturas de moagem como toda a cultura e vivências com eles relacionadas.

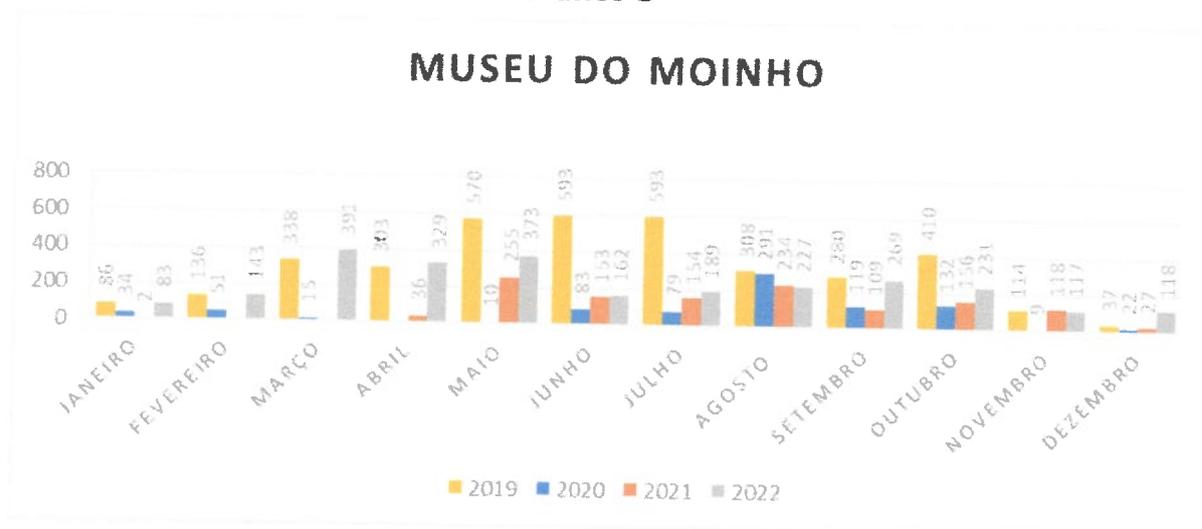
A gestão deste espaço é feita ao abrigo de Contrato Programa de Gestão de Infraestruturas Turísticas, celebrado com o Município de Penacova, que assegura o financiamento da atividade que não seja coberto pela bilheteira do museu e pelas vendas de material promocional

Em 2022, as visitas ao Museu do Moinho recuperaram face a 2021 em mais de mil visitantes. Verificando-se no entanto que o número de visitantes, sobretudo nos meses de maior fluxo de visitas, está ainda muito longe do período pré-pandemia, como se pode verificar no Gráfico abaixo. Com a ressalva de que não foi possível certificar com rigor os dados sobre visitas em 2019 e anos anteriores.

Certo é que, em termos de receitas oriundas de venda de entradas no museu, como se pode verificar pelo quadro 6, em 2022 o valor foi o mais elevado dos últimos 5 anos, pelo menos.

Evolução no número de visitantes

Gráfico 3



1.6.1.2. Cafeteria do Moinho

A cafeteria do moinho, que integra o complexo da Portela de Oliveira cuja gestão está atribuída a esta Empresa Municipal, esteve encerrada durante todo o ano de 2022. Tendo ficado deserto o concurso lançado neste ano para concessão do Espaço.

Em termos de resultados da gestão do complexo da Portela de Oliveira, o resultado foi negativo em 2022, no valor de - €5 043,27 €, em virtude, essencialmente, de uma redução do financiamento proveniente do contrato programa celebrado com o Município para a gestão do Museu do Moinho, que passou de €25 386,21 em 2021 para 12 634,23 € em 2022. O que, não obstante o aumento das receitas por venda de bilhetes, por venda de merchandising e uma redução significativa dos gastos, levou ao resultado negativo apresentado.

Demonstração de Resultados Comparada – Portela de Oliveira

Quadro 6

Portela de Oliveira	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Renda Cafeteria	600,00 €	600,00 €	600,00 €	600,00 €	450,00 €	- €
Entradas Museu do Moinho	1 725,84 €	1 793,58 €	2 388,56 €	1 051,81 €	1 517,51 €	2 576,52 €
Bolsa IEFP	2 503,48 €			3 789,78 €	1 910,95 €	- €
Contrato Programa Infra. Turis.	15 787,26 €	19 295,83 €	20 485,92 €	20 628,37 €	25 386,21 €	12 634,23 €
Vendas de Merchandising	689,51 €	485,44 €	1 083,63 €	220,50 €	489,15 €	842,94 €
CMVMC	229,38 €	240,32 €	482,07 €	95,43 €	304,58 €	523,47 €
Gastos com Pessoal	17 187,69 €	20 244,40 €	20 474,46 €	22 029,02 €	21 575,63 €	20 556,73 €
Gastos com Administração				2 982,07 €	2 070,72 €	- €
Outros Gastos	4 645,47 €	5 779,54 €	5 125,95 €	3 818,96 €	1 296,79 €	16,76 €
Resultado	- 756,45 €	- 4 089,41 €	- 1 544,37 €	- 2 635,02 €	- 4 506,10 €	- 5 043,27 €

Nota: respeita a toda a área Portela de Oliveira

1.6.2. Mosteiro de Lorvão

Em 2019, a Penaparque 2, EM assumiu, através de contrato programa celebrado com o Município de Penacova, a responsabilidade pela gestão e dinamização das visitas ao Mosteiro de Lorvão, o qual passou a vigorar em janeiro de 2020. A Penaparque 2 passou a assegurar o serviço de guia e apoio aos visitantes neste monumento nacional, que é um dos maiores mosteiros portugueses, que encerra valiosíssimos tesouros artísticos e culturais.

Assegurando também ações de limpeza e proteção dos espaços, ao abrigo de parceria firmada por protocolo celebrado com a Paróquia de Lorvão.

Em 2022 registou-se um aumento geral de visitas ao Mosteiro face ao ano anterior. Registaram-se 5561 visitas (pagas e não pagas), não se considerando aqui as visitas para o culto e atividades religiosas. Visitas pagas foram 3493, que comparam com as 2850 registadas em 2021.

Em termos financeiros, a atividade teve um resultado negativo em - €3 066,83, tendo em conta o significativo aumento dos gastos. Por um lado, foram ajustados os gastos em recursos humanos afetos a este centro de custos. Até aqui era imputado apenas um funcionário, quando na realidade a atividade ocupa dois. Isto fez disparar para o dobro a consideração destes gastos. Por outro lado, pela primeira vez desde o início do contrato Programa, a Penaparque efetuou o pagamento da parte que lhe competia em termos de suporte dos gastos com eletricidade e limpeza, nos termos do protocolo celebrado em 2020 com a Fábrica da Igreja. Realce também para a limpeza profunda, por empresa especializada, efetuada no claustro, ou para a renovação dos espaços ajardinados dessa mesma área do monumento. Tudo gastos incorridos pela empresa Municipal, que vieram pressionar os resultados desta atividade para o negativo, não obstante o aumento dos proveitos através do contrato programa, das vendas de bilhetes a visitantes e das vendas de merchandising.

Gráfico 5

VISITAS PAGAS



Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 7

Mosteiro de Lorvão	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Entradas Mosteiro	- €	- €	- €	5 279,57 €	6 709,11 €	8 109,36 €
Bolsa IEFP	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contrato Programa Infra. Turis.	- €	- €	- €	13 974,84 €	17 788,79 €	22 385,07 €
Vendas de Merchandising	- €	- €	- €	35,57 €	52,66 €	173,00 €
CMVMC	- €	- €	- €	26,20 €	40,75 €	111,25 €
Gastos com Pessoal	- €	- €	- €	14 943,44 €	14 757,50 €	28 552,37 €
Gastos com Administração	- €	- €	- €	2 982,05 €	2 070,71 €	- €
Outros Gastos	- €	- €	- €	2 781,35 €	1 361,05 €	5 070,64 €
Resultado	- €	- €	- €	- 1 443,06 €	6 320,55 €	- 3 066,83 €

Nota: A atividade da empresa relativa ao Mosteiro de Lorvão teve início em 2020.

1.6.3. Posto de Turismo de Penacova

Ao abrigo do Contrato Programa para a gestão de Infra-Estruturas Turísticas, a empresa tem a responsabilidade pela gestão do Posto de Turismo de Penacova, onde é feito o atendimento a visitantes, promovendo e dando informação sobre os pontos de interesse turístico, eventos e oferta concelhia em animação turística, alojamento e restauração.

Em 2022 registou-se uma diminuição do número de turísticas que procuraram o Posto de Turismo, por comparação com 2021, o que se deve ao facto de ter entrado em funcionamento o Posto de Turismo N2, situado na Estrada Nacional 2 junto à ponte de Penacova. Este novo espaço de atendimento a turistas veio substituir muita da procura até aqui existente no Posto de Turismo da Vila de Penacova.

Em termos de resultados financeiros, o resultado foi negativo em 2022, no valor de - €7 492,96, em virtude, essencialmente, de uma redução do financiamento proveniente do contrato programa celebrado com o Município para a gestão do Museu do Moinho, que passou de € 25 386,19 em 2021 para € 12 634,22 em 2022.

Evolução do número de atendimentos

Gráfico 8

POSTO DE TURISMO DE PENACOVA



Demonstração de resultados comparada

Quadro 8

Posto de Turismo	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vendas de Merchandising	689,94	311,59	140,48	126,46	390,62	379,33
CMVMC	708,52				296,86	234,59
Contrato Programa Infraestruturas Turísticas	15767,19	19295,79	20485,89	20628,37	25388,19	12634,22
IEFP	628,83		0,5	0	0	0
Gastos com Pessoal	14449,2	20244,35	20474,44	16674,55	18703,77	20556,7
Gastos com Administração				2965,15	2070,72	0
Outros Gastos	1365,62	3807,76	4415,43	1071,4	744,68	-284,78
Resultado	582,62 €	- 4 444,73 €	- 4 283,00 €	43,73 €	3 960,78 €	- 7 492,96 €

1.6.4. Posto de Turismo EN2

Ao abrigo do Contrato Programa para Gestão de Infraestruturas Turísticas, desde janeiro de 2022, a empresa tem a responsabilidade pela gestão do Posto de Turismo da Estrada Nacional 2, onde é feito o atendimento a visitantes, sobretudo os transeuntes da "Rota N2" que atravessa o nosso concelho, promovendo e dando informação sobre os pontos de interesse turístico, eventos e oferta concelhia em animação turística, alojamento e restauração.

O Posto de Turismo entrou em funcionamento no final de fevereiro de 2022, e tem sido promovido a dinamizado como a porta de entrada no Concelho de Penacova para todos aqueles que cruzam a Nacional 2. Designadamente, são vendidos bilhetes para o Mosteiro de Lorvão e para o Museu do Moinho.

Neste primeiro ano de atividade passaram pelo PT N2 3900 visitantes.

Neste primeiro ano de atividade o resultado financeiro respeitante à gestão desta infraestrutura, foi negativo em -€7.561,52, evidencia de que o valor recebido do Município através do Contrato Programa não cobriu os gastos.

Relevo para o valor das vendas de merchandising, muito superior neste posto relativamente a qualquer outro dos locais onde a empresa promove a venda deste tipo de produtos.

Demonstração de resultados comparada

Quadro 9

Posto de Turismo EN2	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vendas de Merchandising	- €	- €	- €	- €	- €	1 129,21 €
Contrato Programa Infra. Turis.	- €	- €	- €	- €	- €	12 634,17 €
CMVMC	- €	- €	- €	- €	- €	790,81 €
Gastos com Pessoal	- €	- €	- €	- €	- €	20 648,23 €
Gastos com Administração	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Gastos	- €	- €	- €	- €	- €	114,14 €
Resultado	- €	- €	- €	- €	- €	7 561,52 €

1.7. – Infraestruturas de Restauração e de Bebidas: Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova, Restaurante Panorâmico e Snck-bar do Reconquinho

Através de contrato programa celebrado com o Município de Penacova, foi atribuída à Penaparque a gestão do espaço Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova, Snck-bar do Reconquinho e Restaurante Panorâmico.

Em 31 de dezembro de 2022, todos estes estabelecimento se encontravam em plena exploração.

Todos estes espaços de restauração e bebidas têm a respetiva exploração concessionada a privados, sendo proveitos da empresa as rendas provenientes de cada um dos contratos de concessão e gastos as intervenções que nos termos contratuais hajam de ser feitas pela Penaparque, designadamente na reparação e manutenção dos espaços.

No ano de 2022, a empresa logrou obter resultado positivo com todas as concessões.

Resultados comparados Espaços de Restauração

Gráfico 4



Demonstrações de Resultados comparada, por concessão:

Quadro 9

Café Turismo	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Renda	5 390,00 €	6 510,00 €	6 600,00 €	5 790,02 €	6 960,00 €	6 960,00 €
Gastos	1 075,00 €	2 748,19 €	5 888,24 €	2 527,13 €	1 469,58 €	480,11 €
Resultado	4 315,00 €	3 761,81 €	711,76 €	3 262,89 €	5 490,42 €	6 479,89 €

Quadro 10

Restaurante Bar Piscinas	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Renda	5 040,00 €	4 500,00 €	4 500,00 €	27,68 €	1 800,00 €	3 600,00 €
Gastos	651,22 €	1 368,35 €	808,96 €	2 917,91 €	1 695,72 €	719,00 €
Resultado	4 388,78 €	3 131,65 €	3 691,04 €	2 890,23 €	104,28 €	2 881,00 €

Quadro 11

Restaurante Panorâmico	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Renda	€ 6 400,00	€ 3 600,00	€ 3 300,00	€ 3 046,35	€ 900,00	€ 1 650,00
Gastos	€ 145,41			€ 250,00	€ 183,67	€ 857,75
Resultado	€ 6 254,59	€ 3 600,00	€ 3 300,00	€ 2 796,35	€ 716,33	€ 792,25

Quadro 12

Reconquinho	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas	3 114,58 €	3 000,00 €	4 900,00 €	4 995,72 €	4 854,99 €	5 200,00 €
Despesas	1 687,87 €	433,87 €	2 621,40 €	672,62 €	672,64 €	743,19 €
Resultado	1 426,71 €	2 566,33 €	2 278,60 €	4 323,10 €	4 182,35 €	4 456,81 €

1.8. Bar 21

A PENAPARQUE 2, E.M. tem atribuída a gestão do "Bar 21", situado na área de repouso junto ao IP3, nó de Penacova. Tal como acontece relativamente a todos os espaços de restauração e bebidas sob a sua gestão, a exploração deste estabelecimento encontra-se concessionada a um privado.

Em termos de resultados, eles constituem-se, do lado dos proveitos, pelas rendas pagas pelo concessionário, e do lado dos gastos, pelas intervenções que contratualmente são da responsabilidade desta Empresa Municipal.

No ano de 2022 não teve lugar qualquer intervenção da empresa nesta concessão, que originasse gastos. Razão pela qual os resultados desta atividade cresceram face ao ano anterior.

Demonstração de resultados comparada

Quadro 13

Bar 21	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas	14 765,54 €	14 395,21 €	14 897,95 €	9 071,21 €	9 073,81 €	12 213,47 €
Gastos		1 645,13 €	56,64 €	326,33 €	- €	- €
Resultado	14 765,54 €	12 750,08 €	14 841,31 €	8 744,88 €	9 073,81 €	12 213,47 €

1.9. Gestão de espaços verdes e de lazer

Em 01 de janeiro de 2022 a empresa, ao abrigo de contrato programa com o Município de Penacova, assumiu a manutenção e limpeza de espaços verdes, designadamente os trilhos de natureza e percursos pedestres, Jardim do Mosteiro de Lorvão e espaços exteriores/ajardinados das Escolas do concelho, através de equipa de operacionais constituída para o efeito (doravante designada por Equipa Espaços Verdes).

Equipa esta que veio aproveitar 6 recursos humanos que se encontravam em regime precário – prestação de serviços – ao serviço do Município (designada equipa dos Trilhos), conferindo-lhes estabilidade através de contrato de trabalho.

Assumir esta missão implicou para a empresa uma grande alteração em termos de estrutura:

Passou a incorporar mais 6 recursos humanos, elevando praticamente para o dobro o efetivo de pessoal da empresa.

Passou a atuar na exigente tarefa de manter os espaços ajardinados das escolas, todos os percursos de trilhos de natureza e pedestres do concelho, jardim do Mosteiro de Lorvão, espaço de lazer da Portela de Oliveira e exterior do Parque Industrial da Espinheira, devidamente limpos e tratados. A que se junta a limpeza mensal do espaço da feira da Espinheira.

Foi toda uma estrutura e organização nova que foi necessário montar, com pessoas, equipamentos e meios.

Sempre tendo presente a cautela na correta gestão dos meios disponíveis e a exigente tarefa do cumprimento dos pressupostos legais que mantêm a sustentabilidade e viabilidade da empresa, designadamente o cumprimento do previsto no nº 1 do art. 62º do Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais - Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A atividade da Equipa Espaços Verdes foi sendo ajustada ao longo do ano, removendo obstáculos e falhas (naturais num processo que se inicia) e correspondendo à exigência de melhor serviço.

Ao longo do ano concluiu-se que não há possibilidade para que a equipa preste serviços além dos que resultam do contrato programa. Com tudo o que isso implica em termos de equilíbrio financeiro da atividade.

Em 2022 o contrato programa esteve longe de cobrir todos os gastos desta atividade, o que se traduziu num resultado negativo

Demonstração de resultados comparada

Quadro 14

Gestão de Espaços Verdes	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Serviços Prestados	- €	- €	- €	- €	- €	5 629,35 €
Contrato Programa Gestão de Espaços Verdes	- €	- €	- €	- €	- €	83 411,31 €
Gastos com Pessoal	- €	- €	- €	- €	- €	89 074,35 €
Gastos com Administração	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Gastos	- €	- €	- €	- €	- €	13 812,83 €
Resultado	- €	13 846,52 €				

Nota: Esta atividade iniciou-se a 01 de janeiro de 2022.

2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

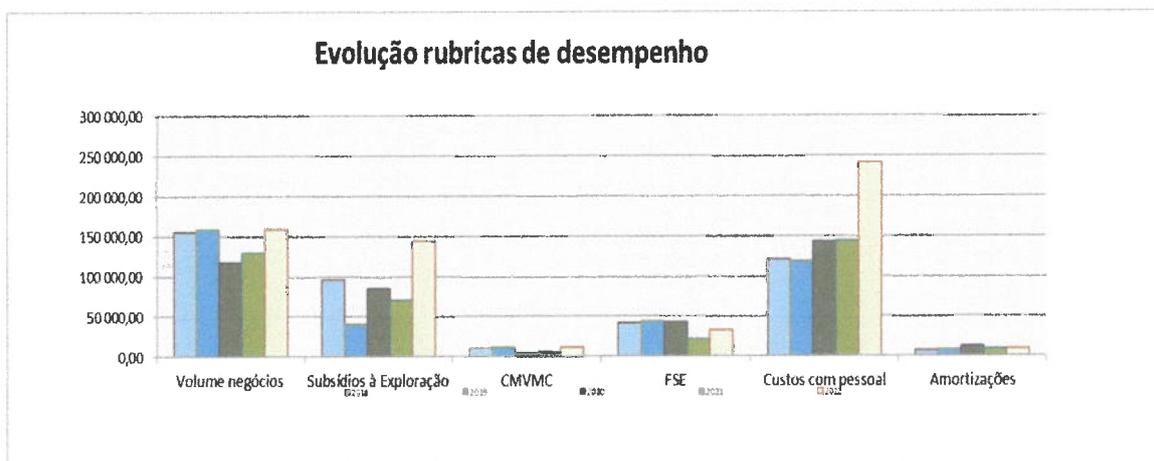
2.1-Desempenho financeiro

Na senda do art. 66º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se neste capítulo o desempenho e a posição financeira da empresa.

Relativamente ao desempenho global da empresa é apresentada a análise da evolução das principais rubricas da demonstração de resultados desde o período de 2018 ao período de 2022.

Evolução das rúbricas de desempenho

Gráfico 5



Através da análise sintética do Gráfico 5, verificamos que o Volume de Negócios de €158 642,78 em 2022, aumentou € 29 083,06 face a 2021, o que resulta do aumento da atividade.

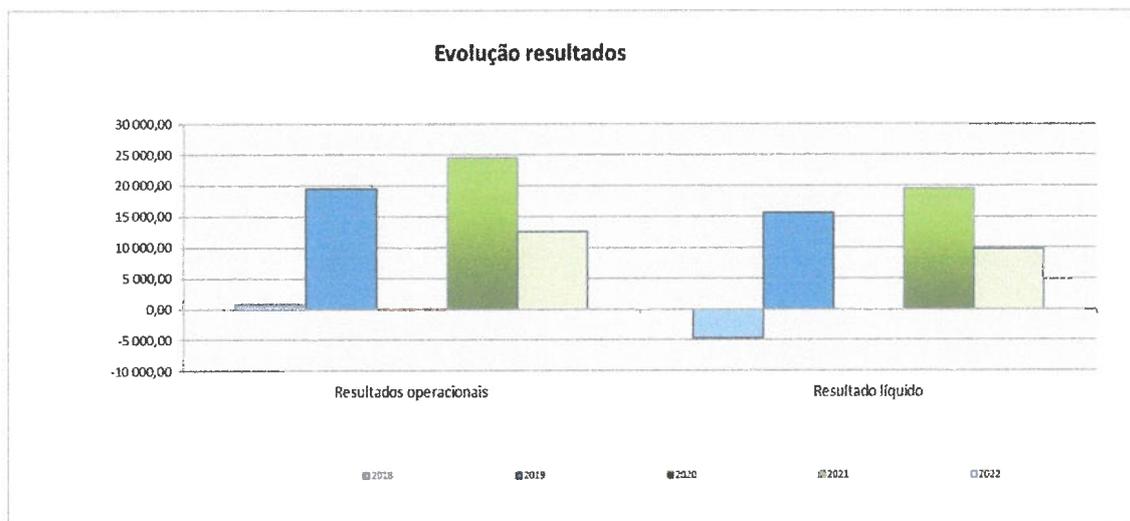
O volume de negócios situa-se assim praticamente ao nível pré-pandémico.

Verifica-se em 2022 um aumento muito significativo na rubrica Subsídios à Exploração, no valor de €73 226,86, por comparação com o ano de 2021, em virtude da assunção pela empresa de novos serviços do Município na área de manutenção de espaços verdes, financiados sob a forma de subsídio à exploração através de contrato programa.

De notar que, sem este novo contrato programa para gestão e manutenção de espaços verdes, os subsídios à exploração teriam diminuído face a 2021 em cerca de €10.000,00.

No que respeita a gastos, face a 2021, os custos com pessoal - tiveram um aumento muito acentuado, de €96 561,56, em virtude do aumento do quadro de pessoal em mais 6 trabalhadores e dos aumentos verificados legislativamente no SMN. Os Fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento de €10 533,95, o que só aconteceu graças à necessidade de acorrer às necessidade da Equipa Espaços Verdes. Sem esta nova função da empresa essa rubrica teria diminuído.

Evolução de Resultados Gráfico 6



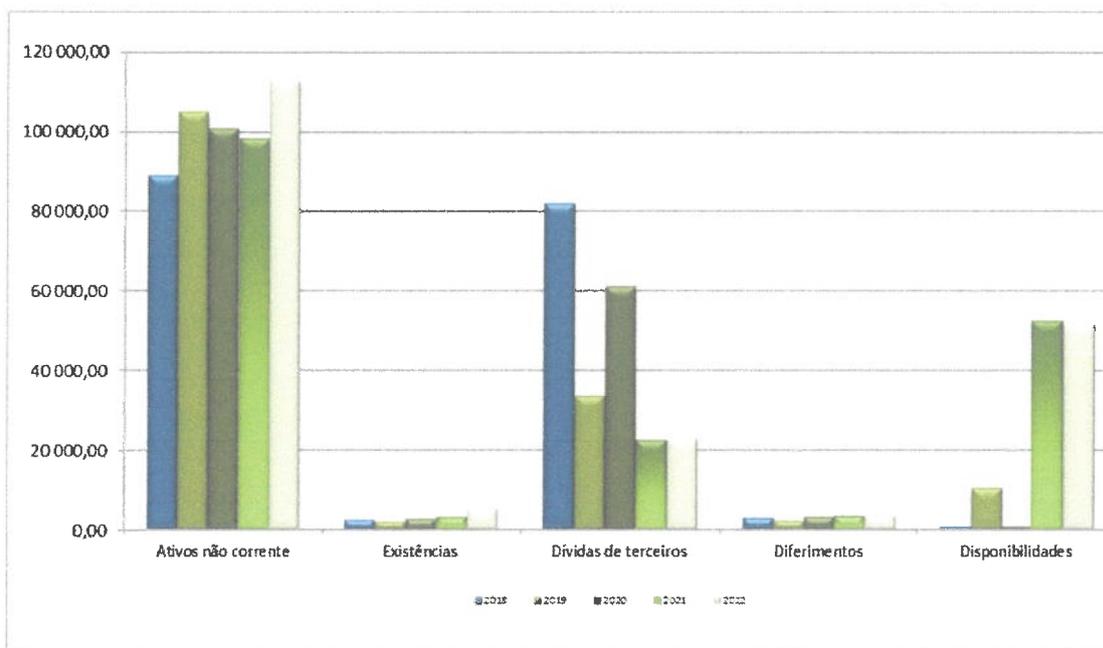
As variações nas diferentes rubricas refletem-se nos resultados operacionais e líquidos, sendo que em 2022 os resultados foram positivos. Representando uma situação inédita em que os resultados são positivos em dois exercícios consecutivos sem que haja subsídios do Município para cobertura de prejuízos. Este facto é tanto mais de assinalar, quanto é certo que a empresa assumiu novas funções e serviços, aumentou a sua atividade e a sua estrutura. Não obstante isso, tendo em conta a opção de gestão por ajustar a empresa às necessidades da sua real exploração e a opção por rigor na gestão dos recursos disponíveis, sem sobrecustos da própria empresa destinados a suprir necessidades alheias à sua exploração empresarial, a Penaparque 2 robustece a sua performance económica e financeira e assegura a sua sustentabilidade no longo prazo.

2.2 - Posição financeira

Neste capítulo é apresentada aquela que tem sido a evolução da estrutura financeira da **PENAPARQUE 2, E.M.** ao longo dos cinco últimos anos.

Evolução da Estrutura Financeira

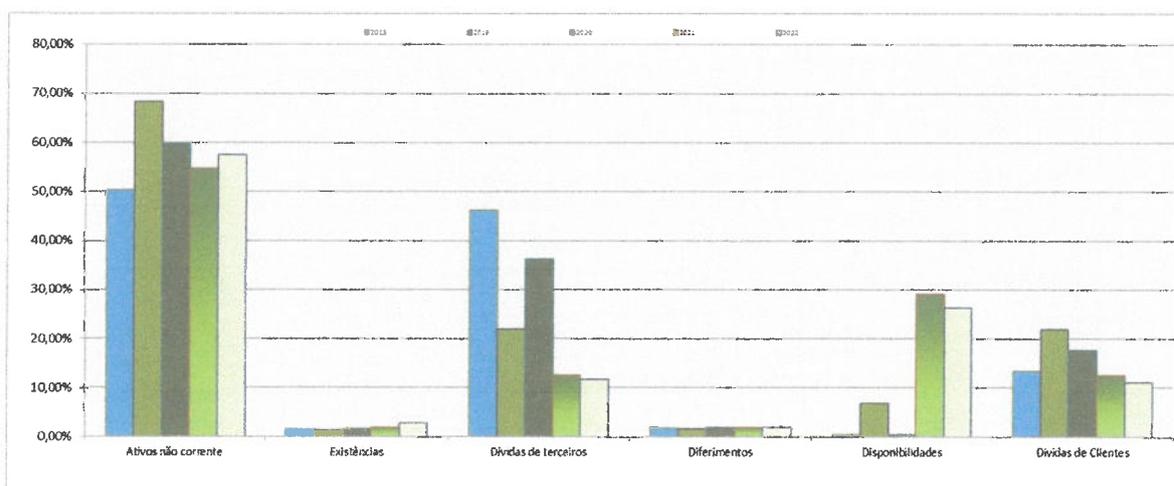
Gráfico 7



Pela análise do Gráfico 11, verificamos que a rubrica do imobilizado teve um aumento, em virtude de investimentos efetuados na estrutura do pavilhão industrial da Espinheira e novos Parcómetros, as rubricas Disponibilidades e dívidas de terceiros mantiveram-se estáveis.

Se efetuarmos uma análise ao peso relativo que cada uma das rubricas tem no Activo Líquido, verificamos que o imobilizado estabilizou no seu peso relativo em 2022, as dívidas de terceiros tiveram uma redução no seu peso relativo do total do Ativo (**Gráfico 8**)

Gráfico 8



Relativamente aos indicadores de equilíbrio financeiro e de liquidez a empresa apresenta no final de 2022 indicadores na sua generalidade estáveis em relação ao ano anterior. Estes dados podem ser interpretados pela análise dos **Gráfico 9** (indicadores de liquidez) e **Gráfico 10** (indicadores de estrutura financeira).

Gráfico9

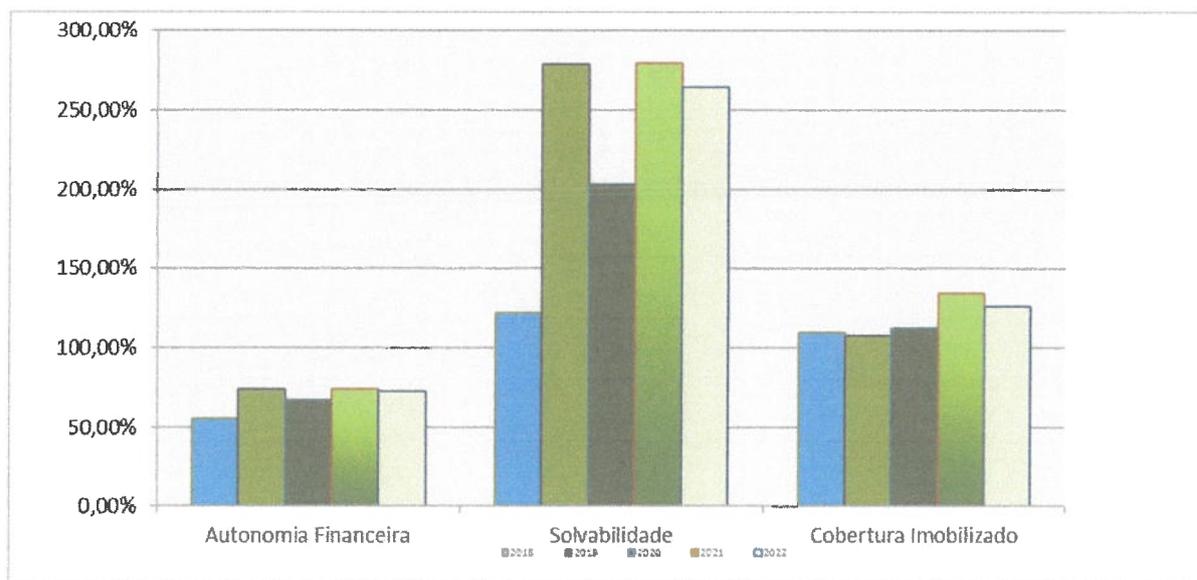
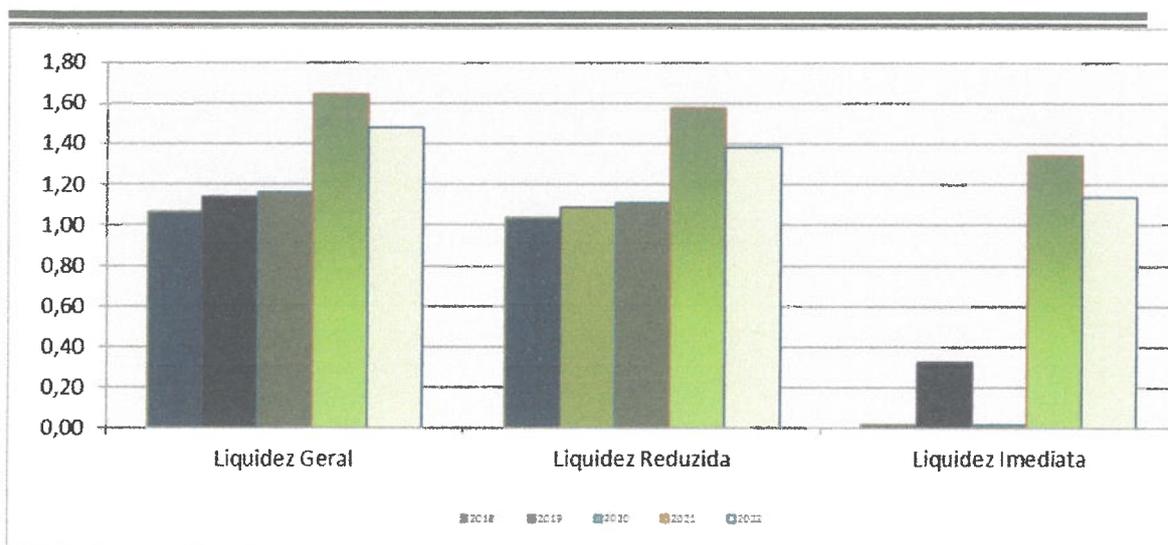


Gráfico 10

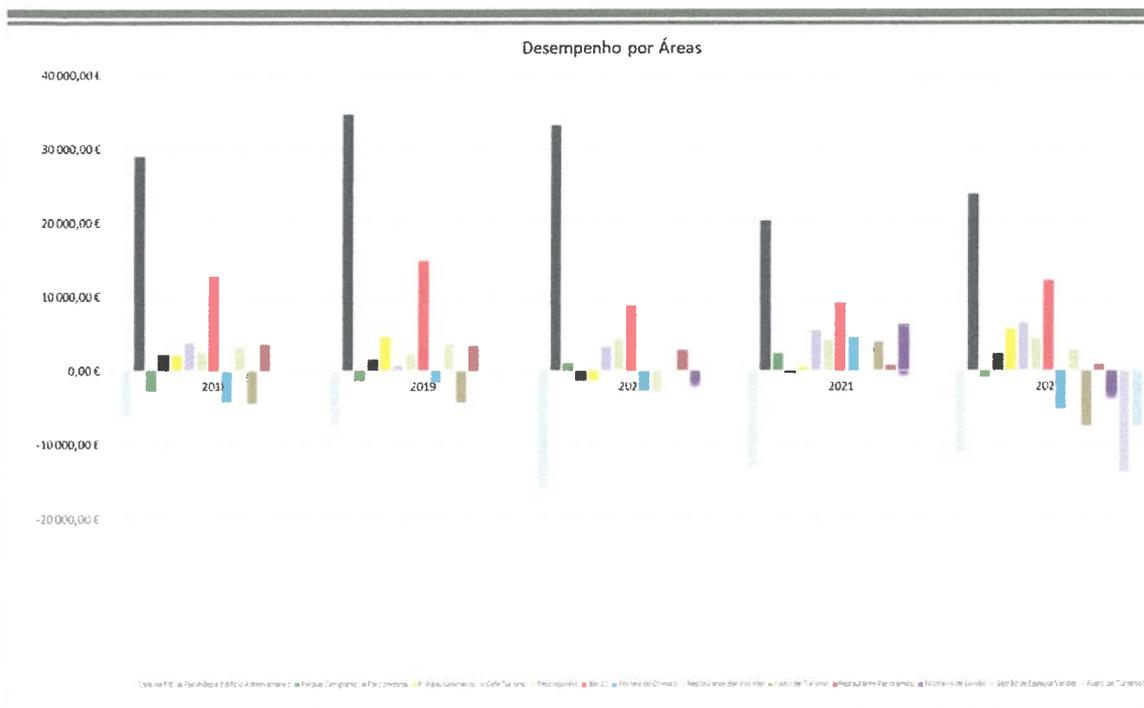


2.3 – O desempenho financeiro por áreas de negócio

No âmbito das responsabilidades de gestão confiadas à empresa, apresenta-se o contributo de cada um dos centros/áreas para o resultado global. Tal como apresentado no presente relatório, são os seguintes:

- 1) Parque Industrial da Espinheira;
- 2) Cantina da Penaparque;
- 3) Parque de Campismo Municipal;
- 4) Estacionamento duração limitada – Parcometros;
- 5) Parque de Estacionamento;
- 6) Café Turismo;
- 7) Snack-Bar do Reconquinho;
- 8) Bar 21;
- 9) Portela de Oliveira;
- 10) Restaurante Bar Piscinas de Penacova;
- 11) Posto de Turismo de Penacova;
- 12) Posto de Turismo EN2;
- 13) Restaurante Panorâmico;
- 14) Mosteiro de Lorvão;
- 15) Gestão e Manutenção de Espaços Verdes.

Gráfico 11



Do gráfico 11 extrai-se que, em 2022, todos os centros/áreas financiados através de contratos programa apresentaram prejuízos, em virtude das transferências de subsídios através desses contratos não terem sido suficientes para cobrir os custos e não haver outras receitas capazes de os compensar: Museu do Moinho, Mosteiro de Lorvão, Posto de Turismo de Penacova, Posto de Turismo N2 e Gestão e Manutenção de Espaços Verdes.

Tiveram também resultado negativo, pelas razões atrás apontadas, a cantina e o Parque de Campismo de Vila Nova.

Todas as restantes áreas de negócio tiveram resultado positivo.

3- EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Em 2023, à data da redação deste Relatório, há assinaláveis riscos no horizonte. Sobretudo os impactos da persistente inflação alta.

Por outro lado, a empresa assumiu novos desafios, negócios e áreas, designadamente gestão da concessão cafetaria do Largo do Terreiro, Complexo Serra da Atalhada e gestão parcial de transportes escolares, o que implica abordar com ainda mais exigência a gestão, imprimindo rigor e cuidado no cumprimento de todos os pressupostos que asseguram a continuidade da empresa com solidez e credibilidade, tal como até aqui.

Posto isto, para 2023 pretende-se:

- a) Ter todos os espaços sob gestão da empresa em plena exploração e em crescimento;

- b) Continuar a investir no Parque Industrial da Espinheira, melhorando a limpeza e arranjos exteriores, investindo na imagem e sinalética do espaço.
- c) Melhorar a rúbrica de Dívidas de Clientes e continuar a diminuir o prazo médio de recebimento.
- d) Cumprir o Plano de Atividades e contas previsionais para 2023.
- e) Estabilizar a área de gestão de Espaços Verdes, aumentando a eficiência e eficácia da atividade.

Como principal fator de risco para 2023, salienta-se a elevada incerteza e riscos económicos e financeiros associados à instabilidade internacional criada pela Guerra da Ucrânia e à subida da inflação que, com a perda de poder de compra de particulares e empresas, pode reduzir os negócios dos clientes/arrendatários e concessionários, fazer retroceder a atividade turística e o número de visitas assim como criar dificuldades no cumprimento das obrigações por parte de concessionários e arrendatários. Incertezas e riscos que fazem perigar a expectativa de resultados positivos em 2023.

4- PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal (10% do resultado) – €966,17 (novecentos e sessenta e seis euros e dezassete cêntimos)

Resultados transitados – €6 345,44 (seis mil trezentos e quarenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos)

Outras reservas - €2.350,09 (dois mil trezentos e cinquenta euros e nove cêntimos)

Junto:

Demonstrações financeiras e respetivo anexo.

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário.

Espinheira, 3 de abril de 2023

A Administração,



DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2022	EX 2021
Vendas e serviços prestados	8	158 642,78	129 559,72
Subsídios à exploração	9	143 699,00	70 472,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-11 637,49	-5 416,97
Fornecimentos e serviços externos	12	-32 501,78	-21 967,83
Gastos com o pessoal	12	-240 754,06	-144 192,50
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	6 400,00	3 200,00
Outros rendimentos	12	1 907,63	1 848,59
Outros gastos	12	-4 278,00	-220,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		21 478,08	33 282,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-8 972,09	-8 802,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 505,99	24 480,70
Juros e gastos similares suportados	12	0,00	-271,64
Resultado antes de impostos		12 505,99	24 209,06
Imposto sobre rendimento do período	12	-2 844,29	-4 706,54
Resultado líquido do período		9 661,70	19 502,52
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a: (2)		0,00	0,00
Detentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,00	0,00

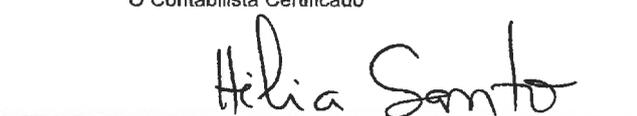
(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de conta consolidadas

A Administração



O Contabilista Certificado



BALANÇO (modelo geral)

EUR Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

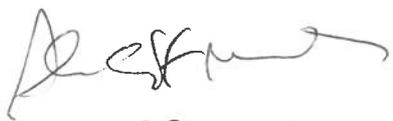
1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ EX 2022	31 DEZ EX 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	109 989,64	96 786,82
Outros investimentos financeiros	6	2 650,77	1 559,16
		112 640,41	98 345,98
Ativo corrente			
Inventários	7	5 342,18	3 217,71
Clientes	12	21 771,52	22 417,86
Estado e outros entes públicos	12	923,71	0,00
Outros créditos a receber	12	1,60	0,00
Diferimentos	12	3 487,15	3 375,61
Caixa e depósitos bancários	4	51 497,48	52 326,85
		83 023,64	81 338,03
Total do ativo		195 664,05	179 684,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11	10 282,94	10 282,94
Outras reservas	11	78 376,03	78 376,03
Resultados transitados	11	-6 345,44	-25 847,96
Resultado líquido do período	11	9 661,70	19 502,52
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do capital próprio		141 975,23	132 313,53
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	4 774,97	7 452,70
Estado e outros entes públicos	12	5 506,68	10 003,34
Outras dívidas a pagar	12	34 829,77	21 426,33
Diferimentos	12	8 577,40	8 488,11
		53 688,82	47 370,48
Total do passivo		53 688,82	47 370,48
Total do capital próprio e do passivo		195 664,05	179 684,01

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado







DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N (2022)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

EUR Factor 1

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
11. POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 282,94	78 376,03	-25 847,96	0,00	0,00	18 502,52	132 313,53	0,00	132 313,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO N														
7. Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 502,52	0,00	0,00	-19 502,52	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								19 502,52	0,00	0,00	-19 502,52	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL	9=7+										9 661,70	9 661,70		9 661,70
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											-9 840,82	9 861,70	0,00	9 861,70
10. POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+f	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 282,94	78 376,03	-6 345,44	0,00	0,00	9 661,70	141 975,23	0,00	141 975,23

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

Alcântara
Tiffina
Paiz

O Contabilista Certificado

H. L. S. Santos

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1 (2021)

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
11		50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 282,94	78 376,03	-25 847,96	0,00	0,00	0,00	112 811,01	0,00	112 811,01
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4=2+											19 502,52	19 502,52	0,00	19 502,52
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 502,52	19 502,52	0,00	19 502,52
6=1+2+3-		50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 282,94	78 376,03	-25 847,96	0,00	0,00	19 502,52	132 313,53	0,00	132 313,53

(1) - Q euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EUR Factor:

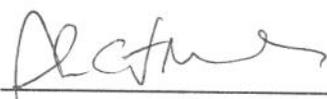
1

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2022	EX 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	12		
Recebimentos de clientes		182 467,00	149 190,85
Pagamentos a fornecedores		-48 469,81	-39 900,71
Pagamento a pessoal		-159 337,37	-94 889,29
Caixa gerada pelas operações		-25 340,18	14 400,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-8 866,40	-6 576,92
Outros recebimentos/pagamentos		61 202,28	49 089,40
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		26 995,70	56 913,33
Fluxos de caixa das atividades de investimento	5		
Pagamento respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-27 825,07	-2 183,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		-27 825,07	-2 183,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	12		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		0,00	-2 881,01
Juros e gastos similares		0,00	-271,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-3 152,65
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		-829,37	51 577,04
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	52 326,85	749,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		51 497,48	52 326,85

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado



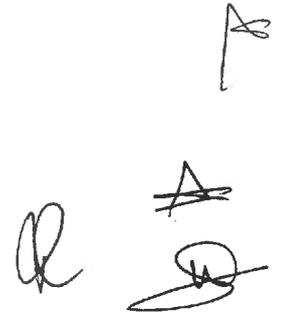




Empresa PENAPARQUE 2, E.M.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'R' and several other marks.

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2022

<u>BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>	3
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>	4
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>	5
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u>	6
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>	7
<u>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>	8
<u>1. Identificação da entidade</u>	8
<u>2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras</u>	8
<u>3. Principais políticas contábilísticas</u>	9
<u>4. Fluxos de caixa</u>	15
<u>5. Ativos fixos tangíveis</u>	15
<u>6. Investimentos Financeiros</u>	17
<u>7. Inventários</u>	17
<u>8. Réditos</u>	18
<u>9. Contabilização dos subsídios do Estado e Outros Entes Públicos e divulgação de apoios do Estado e Outros Entes Públicos</u>	19
<u>10. Acontecimentos após a data do balanço</u>	20
<u>11. Instrumentos Financeiros</u>	20
<u>12. Outras informações</u>	21

A

B

A

h

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 22

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM. EQUIP. MUNIC. PENACOVA, E.M._506.963.802

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022

A
A
R

RUBRICAS	Notas	Valor em Euros	
		Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	109.989,64	96.786,82
Outros Investimentos Financeiros	6	2.650,77	1.559,16
		112.640,41	98.345,98
Activo corrente			
Inventários	7	5.342,18	3.217,71
Clientes	12	21.771,52	22.417,86
Estado e outros entes públicos	12	923,71	0,00
Outros créditos a receber	12	1,60	0,00
Diferimentos	12	3.487,15	3.375,61
Caixa e depósitos bancários	4	51.497,48	52.326,85
		83.023,64	81.338,03
Total do ACTIVO		195.664,05	179.684,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	11	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	11	10.282,94	10.282,94
Outras reservas	11	78.376,03	78.376,03
Resultados transitados	11	(6.345,44)	(25.847,96)
Resultado líquido do período	11	9.661,70	19.502,52
Total do Capital Próprio		141.975,23	132.313,53
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	4.774,97	7.452,70
Estado e outros entes públicos	12	5.506,68	10.003,34
Outras dívidas a pagar	12	34.829,77	21.426,33
Diferimentos	12	8.577,40	8.488,11
Total do Passivo		53.688,82	47.370,48
Total do Capital Próprio e do Passivo		195.664,05	179.684,01

Espinheira, 3 abril de 2023

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração

Treff R

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENA COVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Resultados Individuais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	Períodos	
			31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	+	8	158.642,78	129.559,72
Subsídios à exploração	+	9	143.699,00	70.472,14
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(11.637,49)	(5.416,97)
Fornecimentos e serviços externos	-	12	(32.501,78)	(21.967,83)
Gastos com pessoal	-	12	(240.754,06)	(144.192,50)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	12	6.400,00	3.200,00
Outros rendimentos	+	12	1.907,63	1.848,59
Outros gastos	-	12	(4.278,00)	(220,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		21.478,08	33.282,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	(8.972,09)	(8.802,24)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		12.505,99	24.480,70
Juros e gastos similares suportados	-	12	0,00	(271,64)
Resultado antes de impostos	=		12.505,99	24.209,06
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12	(2.844,29)	(4.706,54)
Resultado líquido do período	=		9.661,70	19.502,52

Espinheira, 3 abril de 2023

O Técnico Oficial de Contas

Hélia Santo

A Administração

[Handwritten signature]
Tief f R

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022

Valores Euros

RUBRICAS			Notas	Períodos	
				31/12/2022	31/12/2021
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>					
Recebimentos de clientes		+	12	182.467,00	149.190,85
Pagamentos a fornecedores		-	12	(48.469,81)	(39.900,71)
Pagamentos ao pessoal		-	12	(159.337,37)	(94.889,29)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(25.340,18)	14.400,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	12	(8.866,40)	(6.576,92)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	12	61.202,28	49.089,40
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		26.995,70	56.913,33
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-	5	(27.825,07)	(2.183,64)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		(27.825,07)	(2.183,64)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-	12	0,00	(2.881,01)
Juros e gastos similares		-	12	0,00	(271,64)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			0,00	(3.152,65)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			(829,37)	51.577,04
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	4	52.326,85	749,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		51.497,48	52.326,85

Espinheira, 3 abril de 2023

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M., 506.963.802
Demonstração das alterações no capital próprio no período 2021

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	50.000,00	0,00	0,00	0,00	10.282,94	78.376,03	-25.847,96	0,00	0,00	0,00	0,00	112.811,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	11												0,00
RESULTADO INTEGRAL													0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00
													19.502,52
													19.502,52
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	50.000,00	0,00	0,00	0,00	10.282,94	78.376,03	-25.847,96	0,00	0,00	0,00	0,00	132.313,53

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigência de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Espinhoeira, 3 abril de 2023

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M. 506.963.802
Demonstração das alterações no capital próprio no período 2022

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
6	6	50.000,00	0,00	0,00	0,00	10.282,94	78.376,03	25.847,96	0,00	0,00	0,00	19.502,52	132.313,53
7	11				0,00	0,00	0,00	19.502,52	0,00	0,00	0,00	-19.502,52	0,00
8	9-7+8											9.661,70	9.661,70
10												-9.840,82	9.661,70
11-7+8+10		50.000,00	0,00	0,00	0,00	10.282,94	78.376,03	-6.305,44	0,00	0,00	0,00	9.661,70	141.975,23

Espinhoeira, 3 abril de 2023

O Técnico Oficial de Contas

Helia Souto

A Administração

Alfonso
Tiago

P
R
D
A

1 - Identificação da entidade

A entidade Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. é uma entidade municipal, com sede no Parque Industrial da Espinheira, sala 8, em como atividade a gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais:

Parque Industrial da Espinheira, Pavilhões, Escritórios, Cozinha de formação e respetivos serviços de apoio da Cantina, Bar);

Estacionamento público na vila de Penacova (Parcómetros) ;

Parque Municipal de Campismo;

Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;

Museu do Moinho (Portela de Oliveira);

Posto de Turismo de Penacova;

Bar do Reconquinho;

Cafetaria da Portela de Oliveira;

Café Turismo;

Bar 21;

Restaurante Piscinas;

Restaurante Panorâmico;

Mosteiro de Lorvão;

Posto de Turismo EN2;

Gestão de Espaços Verdes e de Lazer.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- * Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (*Sistema de Normalização Contabilística*), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- * Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (*Modelos de Demonstrações Financeiras*);
- * Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (*Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*);
- * Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (*Código de Contas*).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização

Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total

do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registrados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registrados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e gastos" ou "Outros ganhos e perdas".

b) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior utiliza-se o custo médio como fórmula de custeio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registrados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

c) Custo de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

d) Instrumentos financeiros

** Dívidas de terceiros*

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial

com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

*** Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no ativo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

*** Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

*** Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

*** Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

e) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acrécimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

f) Rédito

O rédito relativo à prestação de serviços, juros, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos

liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

g) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como "*Juros e rendimentos similares obtidos*", enquanto as negativas são reveladas na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*". As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "*Outros rendimentos e ganhos*" e "*Outros gastos e perdas*", nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, as taxas variam entre 5% e 70% e, incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se

encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4 - Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios Financeiros Líquidos	2022	2021
Caixa	1.893,99 €	371,28 €
Depósitos à ordem		
CCAM_Penacova	49.603,49 €	51.955,57 €
Total caixa e depósitos bancários	51.497,48 €	52.326,85 €

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

i) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2021

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso em Propriedade Alheia	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	70.469,58 €	63.628,04 €	31.034,38 €	24.284,28 €	62.192,75 €	251.609,03 €
Adições	5.233,65 €		831,74 €		- €	6.065,39 €
Saldo Final	75.703,23 €	63.628,04 €	31.866,12 €	24.284,28 €	62.192,75 €	257.674,42 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 51.088,38 €	- 55.285,39 €	- 28.704,68 €	- 17.006,91 €	- €	- 152.085,36 €
Adições	- 3.367,85 €	- 2.960,80 €	- 890,53 €	- 1.583,06 €	- €	- 8.802,24 €
Saldo Final	- 54.456,23 €	- 58.246,19 €	- 29.595,21 €	- 18.589,97 €	- €	- 160.887,60 €
Quantia escriturada	21.247,00 €	5.381,85 €	2.270,91 €	5.694,31 €	62.192,75 €	96.786,82 €

2022

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso em Propriedade Alheia	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	75.703,23 €	63.628,04 €	31.866,12 €	24.284,28 €	62.192,75 €	257.674,42 €
Adições	7.659,09 €	9.842,00 €	1.290,44 €	3.882,47 €		22.674,00 €
Retiradas_Abates		23.610,26 €				23.610,26 €
Saldo Final	83.362,32 €	49.859,78 €	33.156,56 €	28.166,75 €	62.192,75 €	280.348,42 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 54.456,23 €	- 58.246,19 €	- 29.595,21 €	- 18.589,97 €	- €	- 160.887,60 €
Adições	- 3.774,07 €	- 1.538,80 €	- 1.112,55 €	- 2.546,67 €	- €	- 8.972,09 €
Retiradas_Abates		23.111,17 €				23.111,17 €
Saldo Final	- 58.230,30 €	- 36.673,82 €	- 30.707,76 €	- 21.136,64 €	- €	- 146.748,52 €
Quantia escriturada	25.132,02 €	13.185,96 €	2.448,80 €	7.030,11 €	62.192,75 €	109.989,64 €

5.1.1 Depreciações, reconhecidas nos resultados durante o período:

Depreciações do período	2022	2021
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3.774,07 €	3.367,85 €
Equipamento básico	1.538,80 €	2.960,80 €
Equipamento administrativo	1.112,55 €	890,53 €
Outros ativos fixos tangíveis	2.546,67 €	1.583,06 €
Total	8.972,09 €	8.802,24 €

5.1.2 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	2022	2021
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	58.230,30 €	54.456,23 €
Equipamento básico	36.673,82 €	58.246,19 €
Equipamento administrativo	30.707,76 €	29.595,21 €
Outros ativos fixos tangíveis	21.136,64 €	18.589,97 €
Total	146.748,52 €	160.887,60 €

P
~~W~~
 A
 R

5.2 Investimentos em Curso:

Investimentos em curso	2022	2021	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo Inicial	62.192,75 €	62.192,75 €	62.192,75 €
Adições:			
Obras no Lote C21 Parque Industrial Alagoa	- €	- €	- €
Saldo Final	62.192,75 €	62.192,75 €	62.192,75 €

6 - Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui as entregas mensais efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho que são reconhecidas como um ativo financeiro da entidade.

Fundos de Compensação	2022	2021
Quantia escriturada bruta		
Saldo Inicial	1.559,16 €	1.118,72 €
Adições:	1.091,61 €	440,44 €
Reembolsos:	- €	- €
Saldo Final	2.650,77 €	1.559,16 €

7 - Inventários

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Inventários	2022	2021
Mercadorias	4.570,90 €	1.771,06 €
Museu do Moinho	785,20	794,74
Posto de Turismo	3.087,97	567,87
Mosteiro de Lorvão	133,95	408,45
PT EN2	563,78	
Matérias Primas	771,28 €	1.446,65 €
PIE_Cantina	771,28	1.446,64
Total	5.342,18 €	3.217,71 €

7.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

CMVMC	2022				2021		
	Mercadorias	Matérias Primas	Matérias Subsidiárias	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Saldo inicial	1.771,06 €	1.446,65 €	- €	3.217,71 €	1.783,79 €	857,79 €	2.641,58 €
Regularizações	10,79 €	138,58 €	- €	149,37 €	286,28 €	16,94 €	269,34 €
Compras	4.470,78 €	7.143,52 €	2.297,03 €	13.911,33 €	343,18 €	5.380,58 €	5.723,76 €
Saldo final	4.570,90 €	771,28 €	- €	5.342,18 €	1.771,06 €	1.446,65 €	3.217,71 €
Custo de vendas	1.660,15 €	7.680,31 €	2.297,03 €	11.637,49 €	642,19 €	4.774,78 €	5.416,97 €

8 - Réditos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestação de Serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Réditos	2022	2021
Vendas de Mercadorias	2.524,48 €	928,03 €
Museu do Moinho	842,94 €	489,15 €
Posto de Turismo	379,33 €	386,22 €
Mosteiro de Lorvão	173,00 €	52,66 €
Posto de Turismo EN2	1.129,21 €	
Prestações de serviços	156.118,30 €	128.631,69 €
Rendas	98.955,78 €	90.725,78 €
Rendas Parq. Industrial Espinheira:	59.322,50 €	55.702,50 €
- Pavilhões	51.450,00 €	48.300,00 €
- Bloco Administrativo	7.122,50 €	7.402,50 €
- Cozinha de Formação	750,00 €	- €
Rendas Lojas Parq. Estacionamento	14.400,00 €	13.040,71 €
Outras Rendas:	25.233,28 €	21.982,57 €
- Bar Reconquinho	5.200,00 €	4.854,99 €
- Bar 21	5.323,32 €	4.517,62 €
- Bar Portela de Oliveira	- €	450,00 €
- Parque de Campismo	2.499,96 €	2.499,96 €
- Café Turismo	6.960,00 €	6.960,00 €
- Restaurante Piscinas	3.600,00 €	1.800,00 €
- Restaurante Panorâmico	1.650,00 €	900,00 €
Outros Serviços	57.162,52 €	37.905,91 €
Cantina - Parque Industrial Espinheira	16.148,79 €	12.534,18 €
Parcómetros	3.022,55 €	134,38 €
Parque de Estacionamento:	13.928,76 €	11.166,30 €
- Avenças	9.256,01 €	8.073,12 €
- Estacionamento	4.672,75 €	3.093,18 €
Entradas no Museu do Moinho	2.576,52 €	1.517,51 €
Entradas no Mosteiro de Lorvão	8.109,36 €	6.709,11 €
Estadias P. Campismo	857,04 €	857,04 €
Rotas de Penacova	- €	426,80 €
Espaços Verdes_Serv. Prestados	5.629,35 €	- €
Outros	6.890,15 €	4.560,59 €
Total	158.642,78 €	129.559,72 €

A
A
R

9 - Contabilização dos subsídios do Estado e Outros Entes Públicos e divulgação de apoios do Estado

9.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a

sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	2022	2021
Subsídios à exploração		
MUNICÍPIO DE PENACOVA:	143.699,00 €	68.561,19 €
Contratos Programa:	143.699,00 €	68.561,19 €
Infraestruturas Turísticas (M. M. /P. T. /P. T. EN2)	37.902,62 €	50.772,40 €
Mosteiro de Lorvão	22.385,07 €	17.788,79 €
Gestão de Espaços Verdes e Lazer	83.411,31 €	- €
IEFP	- €	1.910,95 €
Estágio Profissional	- €	1.910,95 €
Total Ativo	143.699,00 €	70.472,14 €

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras do exercício de 2022 foram aprovadas pela Administração no dia 3 de abril de 2023.

10.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

11 - Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidades acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se

executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

11.2 Deliberação dos resultados do ano de 2021

A deliberação da aprovação de contas de 2021 ocorreu a 6 de abril de 2022, tendo esta entidade apresentado um Resultado Líquido Positivo de 19.502,52€, o qual transitou para Resultados Transitados.

11.3 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2022, a entidade detinha um capital próprio de acordo com o mapa abaixo.

Capital Próprio	2022	2021
Capital realizado	50.000,00 €	50.000,00 €
Reservas Legais	10.282,94 €	10.282,94 €
Outras Reservas	78.376,03 €	78.376,03 €
Resultados Transitados	-6.345,44 €	-25.847,96 €
Resultado Líquido do Período	9.661,70 €	19.502,52 €
Total	141.975,23 €	132.313,53 €

12 - Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

EOEP	2022	2021
IRC_ Imposto a recuperar	923,71 €	- €
Pagamentos por conta	3.768,00 €	- €
Imposto estimado	2.844,29 €	- €
Total Ativo	923,71 €	- €

EOEP	2022	2021
Imposto s/ o rendimento das pessoas singulares	406,60 €	490,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	254,29 €	1.647,75 €
Contribuições para a segurança social	4.754,37 €	3.101,95 €
Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas:		
Imposto estimado		4.706,54 €
Outros Impostos	91,42 €	57,10 €
Total Passivo	5.506,68 €	10.003,34 €

A
B
C
D
E
F
G
H

12.2 Clientes, outras contas a receber e diferimentos

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados como "Imparidades de dívidas a receber".

Clientes_Perdas p/Imparidades	2022
✓ Saldo a 1 de Janeiro	51.896,26
✓ Aumento	0,00
✓ Reversão	-6.400,00
✓ Regularizações	0,00
	45.496,26

Perdas de imparidade	2022	2021
Reversões	6.400,00 €	3.200,00 €
Total	6.400,00 €	3.200,00 €

12.2.1 Quantia de clientes registada em "clientes conta corrente", "clientes cobrança duvidosa" e "clientes perdas por imparidade"

Clientes	2022	2021
Clientes		
Clientes conta corrente	21.771,52	22.417,86
Clientes de cobrança duvidosa	45.496,26	51.896,26
Saldo inicial	51.896,26	55.096,26
Reversões	6.400,00	3.200,00
Perdas por imparidade acumuladas	45.496,26	51.896,26
Saldo inicial	51.896,26	55.096,26
Reversões	6.400,00	3.200,00
Total	21.771,52	22.417,86

12.2.2 Registo de outras contas a receber e diferimentos

Outras contas a receber e Diferimentos	2022	2021
Outras contas a receber	1,60 €	- €
Diferimentos	3.487,15 €	3.375,61 €
Total	3.488,75 €	3.375,61 €

12.3 Fornecedores, Financiamentos, Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Fornecedores e Financiamentos	2022	2021
Fornecedores	4.774,97 €	7.452,70 €
Total	4.774,97 €	7.452,70 €

Outras contas a pagar e Diferimentos	2022	2021
Outras contas a pagar:	34.829,77 €	21.426,33 €
Credores por acréscimos de gastos	31.269,87 €	21.426,33 €
Outros (Cauções de clientes)	2.710,00 €	- €
SNS	849,90 €	- €
Diferimentos	8.577,40 €	8.488,11 €
Total	43.407,17 €	29.914,44 €

12.4 Juros suportados

Gastos e Perdas de Financiamento	2022	2021
Juros Suportados de Financiamentos Obtidos	0,00 €	271,64 €
Total	0,00 €	271,64 €

12.5 Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos	2022	2021
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	0,00 €
Rendimentos e Ganhos em ativos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros	1.907,63 €	1.848,59 €
Correcções relativas a períodos anteriores	1.847,63 €	1.828,49 €
Outros Rend. Extraordinários	60,00 €	20,10 €
Total	1.907,63 €	1.848,59 €

Nota: Na rubrica "Correcções relativas a períodos anteriores", o valor é essencialmente relativo a correcções de estimativa de férias e sub. Férias efetuado em 2021.

12.6 Fornecimento e Serviços Externos

FSE	2022	2021
Serviços especializados:	16.894,89 €	10.822,22 €
Trabalhos Especializados	11.436,74 €	7.663,53 €
Publicidade e Propaganda	- €	41,40 €
Conservação e Reparação	4.760,05 €	2.584,73 €
Serviços Bancários	698,10 €	532,56 €
Materiais:	4.252,60 €	1.667,81 €
Ferramentas e Utensílios	4.003,30 €	370,97 €
Material de escritório	249,30 €	1.296,84 €
Energia e fluídos:	5.730,19 €	5.189,39 €
Eletricidade	3.909,90 €	3.997,16 €
Combustíveis	376,68 €	- €
Água	635,18 €	573,86 €
Outros	808,43 €	618,37 €
Serviços diversos:	5.624,10 €	4.288,41 €
Comunicações	1.840,15 €	1.799,80 €
Seguros	1.456,36 €	1.348,17 €
Contencioso e Notariado	215,08 €	255,00 €
Limpeza, Higiene e conforto	2.112,51 €	885,44 €
Total	32.501,78 €	21.967,83 €

A



12.7 Outros gastos e perdas

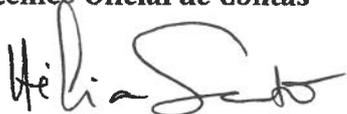
Outros gastos e perdas	2022	2021
Impostos	167,08 €	139,23 €
Perdas em Inventarios	13,27 €	68,15 €
Gastos e Perdas em Inv. não Finac.	499,09 €	0,00 €
Outros:	3.598,56 €	12,83 €
Insuf. Estim. Imposto	1,28 €	0,00 €
Juros de mora	3,34 €	0,00 €
Apoio concedido	364,82 €	0,00 €
Indemnizações contratuais	3.229,12 €	12,83 €
Total	4.278,00 €	220,21 €

12.8 Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais:	0,00	18.198,13
Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal	0,00	17.597,11
Sub. alimentação	0,00	601,02
Remunerações do pessoal:	192.074,69	93.673,87
Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal	175.008,52	85.900,13
Sub. alimentação	15.997,85	7.670,16
Horas Extra	979,69	67,60
Fundos de compensação	88,63	35,98
Programas IEFP_Estagio profissional	,00	2.127,39
Bolsa	0,00	1.692,53
Sub. alimentação	0,00	290,97
Sub. transporte	0,00	76,79
Seg. Acid. Trab.	0,00	67,10
Encargos sobre remunerações:	41.964,65	25.017,08
Órgãos sociais	0,00	3.024,70
Pessoal	41.964,65	21.992,38
Seguros de Acidentes de Trabalho:	2.156,23	1.524,56
Órgãos sociais e Pessoal	2.156,23	1.524,56
Outros gastos com pessoal	4.558,49	3.651,47
Total	240.754,06 €	144.192,50 €

Espinheira, 3 de abril de 2023

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



Relatório de Boas Práticas de Governo Societário - 2022

A. Objetivos e Missão

A PENAPARQUE2 E.M. tem como missão a gestão e promoção de equipamentos municipais, tal como está na sua designação oficial. O principal objetivo é promover Penacova através das suas áreas de atuação, quer seja através de captação de empresas para os seus espaços de acolhimento, quer seja através da promoção de diversos equipamentos em tão diversas áreas que vão da hotelaria até ao estacionamento.

B. Estrutura Acionista

A PENAPARQUE2 E.M., enquanto Entidade que pertence ao Setor Público Empresarial Local, tem um Capital Social de 50.000,00 €, integralmente subscrito pelo Município de Penacova.

C. Participações Sociais

A PENAPARQUE2 E.M. não detém nem participações sociais nem obrigações de outras entidades.

D. Prestação de Garantias Financeiras

Não existem.

E. Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento é apresentado anualmente pelo Órgão de Gestão, o Conselho de Administração, ao órgão executivo da Câmara Municipal de Penacova, que delibera a sua aprovação ou não.

F. Documentos Anuais de Prestação de Contas

Os documentos anuais de prestação de contas incluem o Relatório de Gestão, os Anexos das Demonstrações Financeiras, Demonstração de Resultados e Balanço, o parecer do Revisor Oficial de Contas e a Ata de Aprovação de Contas. Todos estes documentos são preparados pelo Conselho de Administração e aprovados ou não pelo Executivo da Câmara Municipal de Penacova.

G. Órgãos Sociais

De acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto de 2012, os órgãos da PENAPARQUE2 E.M. são os seguintes:

- O Conselho de Administração;
- O Fiscal Único;

A
A
e

- A Assembleia Geral.

1. Conselho de Administração

A PENAPARQUE2 E.M. tem como órgão de administração um conselho de administração, com um elemento remunerado (número 3, art.º 25.º do Decreto-Lei 50/2012, de 31 de Agosto de 2012), a quem cabe garantir o cumprimento dos objetivos base, delinear a estratégia adequada à empresa, bem como exercer a totalidade dos poderes de gestão da entidade, sendo assim o único órgão com funções de gestão no seu seio.

Em 2022 estiveram em funções os membros do Conselho de Administração eleitos na Assembleia Geral realizada em 08 de novembro de 2021.

A composição do conselho de administração é a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º Mandatos Exercidos na Entidade
			Ata Tomada Posse	Data	
04-11-2021 a 2025	Presidente	Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra	3 da AG	08/11/2021	1
04-11-2021 a 2025	Membro	Magda Alexandra Maia Rodrigues	3 da AG	08/11/2021	1
04-11-2021 a 2025	Membro	Tiago José Barbosa Antunes	3 da AG	08/11/2021	1

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração, são os descritos de seguida:

Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra

Breve registo académico, profissional e cívico :

É Presidente da Câmara Municipal de Penacova desde outubro de 2021

Licenciado em Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo do Porto.

Foi Profissional de Comunicação desde 1989.

Passou pela Rádio Press e TSF e em 1995 ingressou na RDP Coimbra.

Exerceu funções de chefe de redação da delegação da rádio pública.

Fundou e foi diretor do “Jornal de Penacova” entre 1996 e 2007.

A partir de 2013 centrou a atividade na informação da RTP. Em Lisboa, foi coordenador de informação e pivô nos canais internacionais.

Venceu vários prémios de jornalismo, entre eles, do ACIDI – Alto Comissariado da Imigração e Diálogo Intercultural e o prémio de jornalismo do Comité Paralímpico de Portugal, com uma reportagem sobre o atleta penacovense, António Marques.

Em 2016, foi co-autor do livro “Contos Vividos”, obra dedicada ao pintor Martins da Costa.

De 2018 a 2021 foi Presidente da Direção da Casa do Povo de Penacova.

Magda Alexandra Maia Rodrigues

Breve registo académico, profissional e cívico :

É Vice-Presidente da Câmara Municipal de Penacova desde outubro de 2021.

Mestre em Ciências Jurídico-Forenses.

Pós-graduação em Direito das Empresas .

Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas.

Foi Advogada até à tomada de posse como Vece Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Assistente convidada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro .

Foi até outubro de 2021 Advogada Associada na Sociedade de Advogados Ferreira Ramos, Filomena Girão & Associados, RL, com sede em Coimbra.

Assistente convidada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Coimbra (ISCAC), no Mestrado de Auditoria Empresarial e Pública.

Voluntária desde Novembro na Associação PROBONO – Portugal.

2014- 2017 - Membro da Assembleia Municipal de Penacova.

2017-2021 - Vereadora, sem pelouro atribuído, da Câmara Municipal de Penacova.

Vice-Presidente do Conselho Fiscal e cooperante da Cooperativa de Solidariedade Social Deliciosas Diferenças, CRL., com sede em Soure.

2018- Comissária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova.

2020 - Presidente do Conselho Fiscal da Confraria da Lampreia de Penacova.

2019-2021 -Presidente da Assembleia Geral do Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Roxo, Concelho de Penacova.

Tiago José Barbosa Antunes

Breve registo académico, profissional e cívico :'

Sócio gerente da sociedade Trilhos Energéticos, Lda.

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Tecnologia de Viseu.

Mestre em Engenharia do Ambiente – Especialização em Tecnologia e Gestão do Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Foi técnico de gestão do ambiente em várias empresas.

Desde 2018 é Presidente da Direção do Grupo Desportivo de Telhado.

2.Fiscal Único

O órgão de fiscalização da PENAPARQUE 2 E.M. é o Fiscal Único nos termos dos números 2 e 5 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Foi deliberado na Assembleia Municipal do Município de Penacova (Órgão Deliberativo da PENAPARQUE2 E.M.) do dia 28 de Dezembro de 2013 que o Fiscal Único da empresa fosse a sociedade Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

2.1.Revisor Oficial de Contas

As funções de Revisor Oficial de Contas, nos termos dos Estatutos da PENAPARQUE2 E.M., são desempenhadas pelo Fiscal Único.

3.Assembleia Geral

A Assembleia Geral foi constituída em 08 de novembro de 2021, nomeada pelo Executivo do Município de Penacova a 4 de novembro de 2021, e tem como elemento único:

- **Carlos Manuel Santos Sousa** como elemento representante do Município de Penacova.

Este órgão já teve como atividade a nomeação do Conselho de Administração para novo (2021-2025) mandato a 08 de novembro de 2021

4.Remunerações

I.Competência para a Determinação

As remunerações dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral, de acordo com o Artigo 26.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012.

Nenhum dos membros do Conselho de Administração é remunerado.

Cargo	Nome	Vencimento	Subs. Alimentação	Ajudas - Deslocações em Viatura Própria	Senhas de Presença
Presidente	Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Membro	Magda Alexandra Maia Rodrigues	0,00€	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Membro	Tiago José Barbosa Antunes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

II. Estrutura das Remunerações

Nos termos do número 2 do Artigo 30.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, o valor das remunerações dos membros dos órgãos de gestão ou de administração das empresas locais é limitado ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal respetiva. No caso da PENAPARQUE2 E.M., não foi deliberada qualquer remuneração para a administração, sendo que nenhum dos membros do Conselho de Administração exerce funções remuneradas.

III. Divulgação das Remunerações

Os órgãos da administração não auferem qualquer remuneração.

O montante anual de remuneração auferida pelo Fiscal Único é de 1.400,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

H. Transparência

A PENAPARQUE2 E.M. efetua uma prestação contínua de informações sobre o seu desempenho ao seu acionista ao longo do ano, quer seja através de comunicações diretamente ao Executivo Municipal, quer seja através do seu Presidente do Conselho de Administração que é simultaneamente Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Como a PENAPARQUE2 E.M. não se encontra classificada nos grupos A e B nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 de 14 de Fevereiro, e 18/2012 de 16 de Fevereiro, não está obrigada a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa.

I. Corrupção, Ética e Conduta

Não existem ocorrências nem riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro.

O Conselho de Administração atua perante uma forte conduta de ética, e trata com equidade todos os seus fornecedores, clientes e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa.

J. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Não aplicável.

K. Responsabilidade Social

A PENAPARQUE2 E.M. tem adotado diversas medidas de contenção de despesa ao nível da eletricidade, o que contribui indiretamente para a diminuição das emissões de dióxido de carbono (tendo em conta a estrutura média de produção em Portugal por fontes de energia). A empresa tem também vindo a instalar painéis solares fotovoltaicos, para produção de energia elétrica, em regime de autoconsumo, nas suas instalações na Espinheira, e com isso não só tem diminuído a fatura mensal de eletricidade, como tem contribuído diretamente para a redução de emissões de CO2 através da produção de eletricidade por uma fonte limpa e renovável.

L. Recursos Humanos e Promoção de Igualdade

A motivação dos Recursos Humanos é uma atividade diária na gestão da PENAPARQUE2 E.M., existindo uma plena consciência por parte do Conselho de Administração que o seu maior ativo são os seus colaboradores, tratando-os com respeito e integridade. Tendo em conta a sua estrutura de recursos humanos, e as interações diárias, não existem quaisquer tipos de discriminação ou de desigualdade de oportunidade entre géneros. A empresa tem vindo a elaborar o seu Plano para a Igualdade, e deu o conhecimento do mesmo à Comissão de Igualdade de Género, conforme orientações da portaria. O Plano para a Igualdade está publicado no website do Município de Penacova, no separador da PENAPARQUE2 E.M.

M. Independência e Participações Patrimoniais

Os membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de relações com os fornecedores e clientes da PENAPARQUE2 E.M. ou com as Instituições Financeiras com que a empresa trabalha, que possam ser suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

N. Divulgação de Informação

A PENAPARQUE2 E.M. procede à divulgação de toda a informação atualizada, no site do Município de Penacova, no separador específico da PENAPARQUE2 E.M..



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C n.º 176 * CMVM n.º 20161478

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 195.664,05 euros e um total de capital próprio de 141.975,23 euros, incluindo um resultado líquido de 9.661,70 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2.º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde Lote 1, R/C, Letra C
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social 50 000 € * S R O C n° 176* CMVM n° 20161478

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

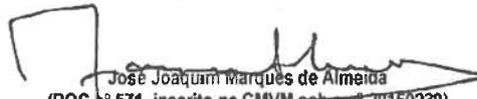
NIPC 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C nº 176* CMVM nº 20161478

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 03 de abril de 2023


José Joaquim Marques de Almeida
(ROC nº 571, inscrito na CMVM sob o nº 20160230)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Delegação Coimbra
Av Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C n.º 176* CMVM n.º 20161478

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Senhores Acionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, em 31 de dezembro de 2022 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adotados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Da análise das demonstrações financeiras, da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** dos últimos três exercícios, verificamos que a empresa não se encontra abrangida pelo artigo 62.º da Lei 50/2012 – Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais - de 31 de agosto.

De acordo com o artigo 52.º (Gastos operacionais das empresas públicas) da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – Orçamento de Estado de 2022 - durante o ano de 2022, as empresas públicas, devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho).

	2020	2021	2022
Volume de negócios	117 708,61 €	129 559,72 €	158 642,78 €
Gastos com pessoal	143 575,02 €	144 192,50 €	240 754,06 €
Gastos Operacionais	202 932,32 €	180 599,75 €	298 143,42 €
Art.º 158 do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, atualizado pelo DL n.º 39/2020, de 16 de julho	172%	139%	188%

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841 027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2.º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227 304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C. Leira C
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435 279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C n.º 176* CMVM n.º 20161478

Os gastos operacionais aumentaram, cerca de 65%, face ao ano de 2021, o que originou um aumento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios. Em relação, aos gastos com o pessoal, verificou-se, igualmente, um aumento, cerca de 67%, face ao ano anterior.

Nos termos do artigo 158º do Decreto-Lei de execução orçamental (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, atualizado pelo DL n.º 39/2020, de 16 de julho) as empresas públicas em 2022 devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional.

Face ao exposto, verificamos que a **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** registou um aumento dos gastos de comunicação conforme o quadro seguinte:

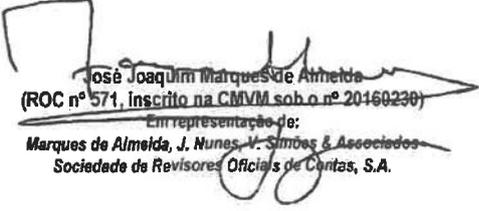
	2020	2021	2022
- Deslocações e estadas	171,95 €	0,00 €	0,00 €
- Comunicação	2 153,63 €	1 799,80 €	2 238,34 €
- Ajudas de Custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contactámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 03 de abril de 2023


José Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C nº 176 * CMVM nº 20161478

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Sobre o conteúdo do relatório de boas práticas de governo societário referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

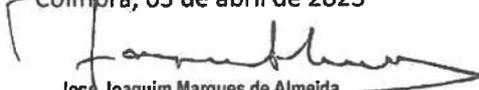
Exma. Administração

Exmo. Detentor do Capital

O Fiscal Único verificou se o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário do **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, incluía os elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário, referidos no Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, com as alterações posteriores.

Após aquela análise, o Fiscal Único atesta, conforme requerido no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, com as alterações posteriores, que o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário mencionado no parágrafo anterior, inclui todos os elementos informativos acima referidos e exigíveis ao **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Coimbra, 03 de abril de 2023


José Joaquim Marques de Almeida
(ROC nº 571, inscrito na CMVM sob o nº 20160230)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

